

A Reconfiguração Político-Econômica da América do Sul e as Perspectivas para Integração Regional

GABRIEL BRASIL (*)

Em 1º de abril, o ex-presidenciável e potencial próximo ministro da Fazenda sob um eventual novo governo Lula, Fernando Haddad, publicou artigo em coautoria com o economista Gabriel Galípolo na Folha de S. Paulo com uma provocação. Sob a justificativa da emergência de uma nova ordem internacional na esteira do conflito da Rússia com a Ucrânia, Haddad e Galípolo sugeriram a criação de uma moeda única sul-americana. Segundo os autores, seria uma maneira de “fortalecer a soberania monetária dos países da América do Sul” e “impulsionar o processo de integração regional”.¹ A ideia ressoou, ainda que indiretamente, uma sugestão feita pelo atual ministro da Economia Paulo Guedes, em junho de 2019, da criação de uma moeda única (“Peso-Real”) para a América Latina.² Sem entrar no mérito das duas ideias, nota-se como elas reforçam uma perene discussão – nos dois lados do espectro político nacional – em torno de propostas que possam transformar a arquitetura financeira da região em favor de uma maior integração econômica.

As discussões em torno da integração regional da América do Sul e/

ou da América Latina têm como pano de fundo fenômenos econômicos em comum. São exemplos que merecem destaque: a tímida abertura comercial da maioria dos países da região, a elevada vulnerabilidade deles a choques internacionais e os problemas crônicos relacionados a inflação e a déficits fiscais (estes dois frequentemente interligados). Tentativas voltadas para endereçar estes problemas (ainda que individualmente) nas últimas décadas incluíram, por exemplo, a criação do Mercosul – cujos resultados são, incontrovertidamente, tímidos frente às ambições originais da iniciativa.

Apesar da ausência de resultados significativos até hoje, é provável que lideranças políticas da região continuem, na próxima década, alimentando uma retórica em favor de uma integração maior no continente. Trata-se, afinal, de uma plataforma com reduzida rejeição por parte da sociedade civil – ao menos na medida em que ela não se traduz em medidas concretas de abertura comercial, sempre problemática na região em função dos poderosos lobbies setoriais. O ex-presidente Lula, por exemplo, em 1º de março fez discurso no México defendendo

maior união da América Latina e um fortalecimento de medidas de cooperação entre os países da região.³ Na mesma linha, o novo presidente do Chile, Gabriel Boric, também tem dado declarações em favor de uma integração regional mais ambiciosa.⁴

Ocorre que estas discussões não têm conseguido penetrar o debate doméstico dos países individualmente, mantendo-se sistematicamente restritas ao campo retórico. Ao que parece, a coordenação coletiva na região não consegue ser uma prioridade para nações que enfrentam desafios agudos na economia e instabilidades frequentes no âmbito político. Uma evidência disso é o fato de que a região convive com os graves problemas de direitos humanos e de destruição de riqueza promovidos pela ditadura de Nicolás Maduro, na outrora rica Venezuela, sem serem capazes de atuar de forma construtiva e efetiva para ajudar a resolvê-los.

Há, ainda, o problema da falta de liderança. Sob a presidência de Jair Bolsonaro, o Brasil – o maior país da América Latina, tanto em termos econômicos como demográficos – pouco fez pela integração

da região. Na verdade, nos últimos anos o país expressou interesses muito reduzidos no continente, e que foram frequentemente ofuscados pelas recorrentes polêmicas estreladas pelo presidente. Bolsonaro buscou aproximar o Brasil de governos mais alinhados à sua plataforma de extrema direita, como aquele do ex-presidente americano Donald Trump, o do ex-primeiro-ministro de Israel Benjamin Netanyahu e o do primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orban. O desenvolvimento de uma política externa centrada em associações pessoais e políticas como estas – voltada explicitamente para a manutenção da mobilização da sua própria base eleitoral – indicou um nível de reduzida maturidade institucional por parte do Itamaraty, reforçando que as relações bilaterais do Brasil seguem vulneráveis aos caprichos do incumbente, não representando necessariamente políticas de Estado. É difícil imaginar que conseguimos liderar a região nas suas pretensões de integração sem um norte institucional claro para o longo prazo.

Na vizinhança, os problemas domésticos de cada país também se sobrepõem. É o caso, por exemplo, da Argentina. No ano que vem, o país sediará eleições que devem trazer como novidade a ascensão da extrema direita – na figura do deputado Javier Milei – em oposição ao poderoso Peronismo e ao tradicional grupo de centro-direita do ex-presidente Mauricio Macri.

Com desafios fiscais e monetários significativos, o debate eleitoral da Argentina deverá ser marcado por temas majoritariamente de curto prazo, apresentando pouco espaço para discussões regionais mais amplas.

No Chile, a situação é também bastante complexa. Embora Boric tenha emergido como uma nova e promissora força de centro-esquerda no ano passado, o país enfrenta incertezas domésticas significativas de curto e de longo prazos. Atualmente, há em debate a implementação de uma nova constituição, em torno da qual tem prevalecido a dificuldade de formação de consensos. Em paralelo, o novo presidente precisa lidar com um Congresso pouco favorável à sua agenda reformista. Finalmente, vale notar que Boric representa uma transformação na esquerda latino-americana: ao confrontar, por exemplo, a ditadura de Maduro e ao priorizar agendas ambientais de forma mais contundente, o jovem presidente expõe o contraste entre esquerdas de raiz sindical (como o Lulismo e o Kirchnerismo) e as esquerdas estudantis. É provável que esta diferença traga certos atritos para a consolidação de um bloco mais homogêneo à esquerda nos próximos anos (assumindo a provável eleição de Lula no Brasil, em outubro, e a sua tentativa de formação de um bloco amplo de unidade à esquerda).

O Uruguai, que se destaca por sua elevada estabilidade política e institucional, tem indicado que, sob o presidente Luis Lacalle Pou, dificilmente apostará demais em mecanismos de integração regional apesar de sua aptidão à abertura de sua economia. Impaciente com relação às vagarosas dinâmicas comerciais da região e do Mercosul, o governo de Lacalle Pou tem buscado acordos bilaterais diretos com grandes potências como a China e os Estados Unidos – causando inclusive atritos dentro do Mercosul e expondo a limitada capacidade da instituição de servir como fórum efetivo para integração regional.⁵

É difícil fazer suposições sobre o futuro da geopolítica na América Latina. Por um lado, há a certeza de que grandes potências – notadamente a China, os Estados Unidos e a Rússia – seguirão atuando para manter sua influência na região. Por outro, segue a dúvida sobre como os países daqui vão se posicionar para combinar o necessário aproveitamento das oportunidades oriundas das relações com estas potências e a sedutora (porém vazia, em muitos sentidos) retórica da soberania regional. A abertura econômica, como aquela que poderia estar associada ao acordo de 2019 do Mercosul com a União Europeia (cuja ratificação parece cada vez mais distante dada a falta de priorização do tema pelas duas partes), poderia ser um caminho poderoso. A construção de uma agenda ambiental sólida, que colo-

casse a região em destaque global num tema que dominará o debate político do futuro (o aquecimento global), também se coloca como outra oportunidade. A modernização financeira do continente – ainda que em moldes diferentes daqueles propostos por Haddad e Guedes – também seguirá constituindo uma frente interessante. Há possibilidades. No entanto, parece faltar uma combinação de ambição, de liderança pragmática e de um entendimento de que não é possível esperar pela resolução dos problemas domésticos de cada país para a construção de agendas coletivas – que podem, inclusive, colaborar para o endereçamento destes desafios.

1 “Criação de moeda sul-americana pode acelerar integração regional”. Haddad, F. e Galípolo, G. Folha de S. Paulo, 1º de abril de 2022. Disponível em: [https://](https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/04/criacao-de-moeda-sul-americana-pode-acelerar-integracao-regional.shtml?loggedpaywall#_=)

www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/04/criacao-de-moeda-sul-americana-pode-acelerar-integracao-regional.shtml?loggedpaywall#_=. Último acesso em: 17 abr. 2022.

- 2 “A empresários, Guedes conjectura moeda única peso-real para a América Latina”. UOL, 7 de junho de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/06/07/a-empresarios-paulo-guedes-conjectura-moeda-unica-peso-real-no-continente.htm>. Último acesso em: 17 abr. 2022.
- 3 “Lula visita México e fala em união da América Latina contra guerra”. Folha de S. Paulo, 1º de março de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/lula-visita-mexico-e-fala-em-uniao-da-america-latina-contra-guerra.shtml>. Último acesso em: 17 abr. 2022.
- 4 “Boric defende integração da América Latina para além do viés político”. Diário de Pernambuco, 14 de março de 2022. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/mundo/2022/03/boric-defende-integracao-da-america-latina-para-alem-do-vies-politico.html>. Último acesso em: 17 abr. 2022.
- 5 “Proposta de flexibilização do Mercosul acirra tensões entre países-membros”. Gazeta do Povo, 27 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/proposta-flexibilizacao-mercosul-acirra-tensoes-entre-paises-membros/>. Último acesso em: 17 abr. 2022.

(*) Economista pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em economia política internacional pela Universidade de São Paulo. (E-mail: gabrielchbrasil@gmail.com).